

**ST9. HISTÓRIA POLÍTICA****A POLÍTICA PARAIBANA NOS ANOS 1930: JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E A FORMAÇÃO DO AMERICISMO (1930 – 1934)**

*Bárbara Bezerra Siqueira Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo é uma pequena parte da minha proposta de dissertação, onde pretendo estudar a formação da base de poder político de José Américo de Almeida, o Americismo em âmbito regional e nacional. Aqui, tenho como objetivo analisar a política paraibana nos anos 1930 a partir da atuação de Almeida enquanto Secretário do Interior e Justiça no governo de João Pessoa, como Secretário de Segurança Pública durante a Revolta de Princesa e após a morte do então governador do Estado com sua ascensão ao Ministério da Viação e Obras Públicas no governo de Getúlio Vargas, percebendo assim como se deu a formação de seu grupo político na Paraíba. Para a realização dessa pesquisa utilizei como fonte livros e dissertações que tratam do período e do assunto.

**Palavras-chave:** Americismo. Política. Paraíba pós-1930.

Para entender a ascensão política e a maneira como José Américo de Almeida percebeu os acontecimentos que o cercava, se faz necessária a utilização de suas obras literárias. É a partir do discurso construído por Almeida que podemos apreender o lugar social em que o escritor se insere, e assim perceber a influência deste “lugar” em suas obras e em seu papel político, pois suas obras dizem muito de seu perfil político. Certeau (2002) é quem nos traz o conceito de lugar social, para entendermos que todo autor parte de um ponto de vista que o acompanha e o define em suas escritas.<sup>2</sup>

O lugar social de José Américo é percebido em sua vida pública, iniciada nos anos década de 1920 cujo contexto foi marcado por crises econômicas e ideológicas não só na Paraíba, mas em todo o país. Nascido no município paraibano de Areia e filho de família com tradições políticas é também nos anos 1920 que surgem os primeiros escritos do intelectual, que carregam em si as preocupações do momento, tais como a modernização e a unidade nacional. Quando se fala em José Américo de Almeida o que

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CNPQ.

<sup>2</sup> Sobre o conceito de Lugar Social vide CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

vem à cabeça de boa parte das pessoas é o papel que ele desempenhou como escritor. A *Bagaceira*, romance nacionalmente conhecido, fala dos problemas sociais ocasionados pela seca na região Nordeste, denunciando a miséria à qual os sertanejos estavam submetidos. Coincidentemente, o referido livro fora lançado em 1928, ano relevante para a atuação política de Almeida, pois foi quando passou a auxiliar João Pessoa no governo do Estado (1928-1930) como Secretário do Interior e Justiça.

A história da política paraibana no início da República foi marcada pela presença dos grupos políticos, o mais conhecido e melhor estudado foi o grupo da base política de Eptácio Pessoa, conhecido como epitacismo, que comandou os ditames políticos desde 1915 até 1930<sup>3</sup>, em substituição a esse se dá a ascensão do grupo político de José Américo de Almeida, o americismo, que comandou a política paraibana desde meados dos anos 1930 e teve o seu ápice nos anos 1950 quando Almeida foi eleito governador do Estado.

José Américo de Almeida inicia sua carreira política a convite de João Pessoa, que fora escolhido por seu tio Eptácio, então chefe político que ditava as regras na Paraíba, este justifica sua escolha alegando o fato de seu sobrinho ser conhecido nacionalmente e assim seria melhor aceito em um plano federal,<sup>4</sup> porém a pretensão era a manutenção da família Pessoa no poder por mais alguns anos, dessa maneira João Pessoa figurava-se como peça fundamental para o jogo político de seu tio, pois seria a continuação da oligarquia epitacista na política paraibana. Como figura nova no cenário político paraibano, João Pessoa vinha também com propostas inovadoras para a época, um dos motivos que levaram José Américo a aceitar o convite para a Secretaria foi exatamente por concordar com a reforma política imposta pelo novo governador. Na Secretaria do Interior e Justiça, Almeida era o responsável por resolver os problemas dos municípios e também era quem preparava a base para o fortalecimento do governo. É notável que foi com a sua atuação enquanto secretário e durante a deflagração da “revolução” de 1930<sup>5</sup> que José Américo começou a construir sua base política não só no Estado, mas também no país, pois sua presença enquanto “braço direito” de João Pessoa tornou-o conhecido como político e não apenas como escritor, e assim, conseguiu firmar a sustentação de sua base política. É interessante perceber que ele já buscava

<sup>3</sup> Para saber mais sobre Eptácio Pessoa e a atuação de seu grupo político, o epitacismo, ver: LEWIN, Linda. **Política e assistencialismo na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993

<sup>4</sup> Eptácio Pessoa alegava que João Pessoa era mais conhecido do que em relação a Júlio Lira – candidato à sucessão indicado por João Suassuna, então governador do Estado –, pois tendo se formado em 1904 na Faculdade de Direito do Recife e posteriormente se transferido para o Rio de Janeiro para trabalhar como advogado no Ministério da Fazenda e na Marinha, momento em que alcançou seu ápice na política nacional, quando em 1919 foi nomeado pelo próprio Eptácio, Ministro do Supremo Tribunal Militar, atuando como juiz nos processos contra os envolvidos nos levantes tenentistas de 1920, destacando-se pelo rigor contra os acusados.

<sup>5</sup> Utilizo-me do termo revolução por ele ser mais frequentemente utilizado pela historiografia brasileira para denominar o movimento de 1930, porém entendo que revolução é um conjunto de ações envolvendo toda a população que busca a mudança política através de manifestações. Como fala Hobsbawm (2010) revolução é tudo aquilo que modifica e interfere na sociedade de maneira radical em todos os seus aspectos – político, econômico e social. Por isso, sempre que me remeter ao termo revolução usarei o mesmo entre aspas.

formar uma força política e assim alavancar sua carreira, mesmo afirmando que essa não era sua real intenção.

Enquanto Secretário do Interior e Justiça pôs em prática as ideias de João Pessoa, implantou forte tributação sobre o comércio entre o interior paraibano e o porto de Recife até então livre de impostos, com o objetivo de reforçar as finanças estaduais e fortalecer o porto de Cabedelo. Essa medida acabou gerando descontentamento entre os chefes locais, dentre eles posso citar José Pereira de Lima chefe político do município de Princesa, cuja influência se estendia a outros Estados nordestinos, principalmente ao de Pernambuco, além dos próprios pernambucanos que se beneficiavam com essa falta de cobrança de impostos relativos ao comércio. Dessa maneira, nota-se que, partindo dos ideais do governador para a renovação dos costumes políticos paraibanos, Almeida que também via como necessária uma mudança na velha estrutura política do Estado começa a colocar em prática as “vontades” de João Pessoa, e assim, novos costumes passam a ser incorporados pelos municípios, além da figura de político de José Américo começar a aparecer para todos os recantos da Paraíba.

Outro momento significativo para a história política da Paraíba e para a cultura política do americanismo foi à inserção do Estado na chapa da Aliança Liberal, momento esse que foi importante para as futuras tribulações que o Estado passaria. José Américo relata em seu livro *O Ano do Nego* (1978) a maneira que atuou nessa ocasião, se dizia preocupado com as represálias que o Estado sofreria, porém preocupava-se também com os rumos que sua carreira política levaria, uma vez que acreditava na possível derrota da chapa, ele também cairia. Mas não foi o que aconteceu, após a morte de João Pessoa e deflagrada a “revolução”, Almeida torna-se figura de destaque, já que assumiu a liderança civil do movimento e passou a comandar as ações na Paraíba e na região Norte/Nordeste.<sup>6</sup> As medidas tomadas por João Pessoa e postas em prática por José Américo influenciaram nos caminhos que a política paraibana trilhou, num primeiro momento, os inimigos do governador se viram privilegiados com as ações tomadas pelo Governo Federal,<sup>7</sup> em contrapartida, tal ação também favoreceu a campanha da Aliança Liberal no Estado, já que passou a ser trabalhada a imagem de João Pessoa como vítima da opressão do governo federal.

É notório que José Américo, até o momento de aceitação e apoio a chapa Liberalista, atua apenas de forma secundária, uma vez que é dada a João Pessoa toda a responsabilidade pelo ato, mas percebo que ele esteve presente nesses momentos de extrema relevância para a história da Paraíba, dando suporte ao governador. A partir da leitura da dissertação de Assis (2005) – *“A Paraíba Pequeninina e Doida”*. José Américo e a Revolução de 30 – fica claro que a atuação de Almeida é colocada em segundo plano, tanto pelos jornais da época que cuidavam em destacar o mito/herói João Pessoa dando ênfase aos seus grandes feitos, como também pela historiografia paraibana oficial

<sup>6</sup> Para o período estudado (1928-1937) as regiões denominadas de Norte e Nordeste eram utilizadas apenas o termo Norte. Quando utilizar o termo Norte/Nordeste estarei me referindo as regiões de maneira separada, tal qual entendemos hoje. Utilizo-me do termo Nordeste nesta pesquisa por estar abrangendo principalmente os estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, esses que hoje entendemos como pertencentes a região nordeste.

<sup>7</sup> Para saber mais a respeito vide RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978

que trabalhou para construir a figura de santo e herói do governador que viria a ser assassinado e se tornaria o mártir da “revolução”.

Guaracy Medeiros de Assis observou que

não se pode identificar uma atuação explícita de José Américo no governo de João Pessoa, já que nos jornais não se consegue identificar nenhuma reportagem que ponha em evidência qualquer ação direta de Américo, o que pode ser compreendido pela própria estrutura do jornalismo da época. Entretanto, na historiografia paraibana a mesma “omissão” ocorre, ou seja, **José Américo é sistematicamente silenciado**, e tal fato se mostra indesculpável, porém tem uma razão. E esta se dá por José Américo ocupar um ambiente tão amplo e significativo na política e na cultura no período de 28 a 30, e em anos subsequentes, que chega a obscurecer a imagem de João Pessoa, gerando, assim, a **necessidade do silenciamento político** (2005, p. 66. Grifos meus)

Quando da entrada do estado na chapa da Aliança Liberal, a movimentação para o golpe de 30 se iniciou e a conquista de aliados também. José Américo é quem assumiu o comando da “revolução” no Estado promovendo o entendimento entre os revolucionários do nordeste e do sul, a única função de João Pessoa foi “dar dinheiro para a revolução” o que fez acreditando “que era para comprar armas para defender a autonomia do estado” (CAMARGO, 1984, p. 180). Tomando a frente da “revolução” na região, José Américo começa a formar sua base política e o americanismo passa a ser bem visto em praticamente todo o estado, com exceção daqueles que viriam a romper. Tal momento é de suma importância para a formação dessa base de poder político, uma vez que é a partir dessa movimentação que José Américo começa a articular com seus futuros correligionários e também é a partir daí e dos momentos subsequentes que a população passa a conhecer o ponto de vista deste político. Até as vésperas das eleições de 1930, João Suassuna, José Pereira e outros chefes dos sertões continuavam afirmando apoio a chapa da Aliança Liberal e a João Pessoa, porém

ambos vieram a romper com o governo nas proximidades das eleições presidenciais, onde o primeiro apresentou chapa eleitoral alternativa e o segundo partiu para a sublevação do estado. Ficando evidenciado que esta não foi uma ruptura abrupta, mas pensada e planejada, cautelosamente. (ASSIS, 2005, p.84)

As versões para como se iniciou o levante na cidade de Princesa são muitas, vários são os autores que já contaram como se deu tal processo, entre eles destaque o livro de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1978), neste livro a autora busca entender as vinculações desse movimento com os acontecimentos que puseram fim a chamada república velha e afirma

A “revolta de Princesa” foi um movimento sedicioso que, iniciando-se a 28 de fevereiro de 1930 com o rompimento político-partidário entre o “coronel” José Pereira e o presidente da Paraíba, João Pessoa, terminou por se constituir em confronto armado envolvendo de um

lado os comandados do coronel e do outro as forças da polícia militar paraibana; prolongando-se até 26 de julho do mesmo ano (RODRIGUES, 1978, p.15)

As medidas tomadas por João Pessoa no início de seu governo acabaram por incomodar muitas pessoas, pernambucanos e os chefes sertanejos se viram prejudicados. Uma dessas medidas que acabou levando ao rompimento de Princesa foi a guerra tributária<sup>8</sup> imposta por João Pessoa, contudo o ato que mais fortemente influenciou na decisão de José Pereira foi sem dúvidas os nomes escolhidos pelo governador para a renovação da bancada paraibana nas eleições de 1930. Além das eleições para a presidência e vice-presidência da república, também seriam escolhidos senadores e deputados federais. Com o ideal de renovação na política e o rejuvenescimento da bancada, João Pessoa defendia o revezamento dos candidatos e assim decidiu por nomear Manuel Tavares Cavalcanti para o senado, Carlos Pessoa, José Américo de Almeida, Antônio Galdino Guedes e Demócrito de Almeida para deputados.

Mais uma vez, João Pessôa, firmando em sua vontade inflexível, afrontava lideranças tradicionais: neste evento específico [da nomeação dos novos candidatos], afrontava dentre outras, as figuras – todos membros da Comissão Executiva – de Júlio Lira, segundo vice-presidente do Estado; Cel. Inácio Evaristo, presidente da Assembléia Legislativa e chefe político na capital; João Suassuna, ex-presidente do Estado, deputado federal em duas legislaturas e chefe sertanejo aliado de poderosas famílias como Cunha Lima, Dantas e Pereira Lima; Cel. José Pereira Lima (suplente), chefe político do município de Princesa e deputado Estadual em quatro legislaturas consecutivas. O gesto fomentaria um clima de insatisfação no Partido e fazia surgir a possibilidade de sérias cisões internas. (RODRIGUES, 1978, p.85)

Nota-se que além da composição da chapa, José Pereira já vinha se ressentindo com João Pessoa desde o início de sua administração, uma vez que as medidas de renovação e de mudança acabaram atrapalhando o comando em seu município. Essas decisões de João Pessoa foram o estopim para o rompimento de José Pereira com o governo do estado. Sem dúvidas os motivos de caráter político foi que influenciaram na decisão tomada por João Suassuna<sup>9</sup> e por José Pereira, uma vez que os costumes políticos da época tradicionalmente mantinham os velhos nomes sempre se repetindo e ocupando os cargos públicos, quando da decisão de João Pessoa em “passar a vassoura” e colocar novos nomes para concorrer às eleições, exceto o de seu primo Carlos Pessoa

---

<sup>8</sup> Sobre a guerra tributária Lewin (1993) destacou: “Como parte do conjunto de medidas orçamentárias para 1929, aprovadas pela Assembléia em novembro de 1928, a Paraíba adotou uma nova tabela para os impostos de exportação. [...] O propósito da nova tabela era o de fechar a Paraíba atrás de uma ‘muralha da China’ de proteção tarifária [...]. A nova tabela dos impostos de exportação visava sobretudo redirecionar para a capital e para o porto de Cabedelo o algodão proveniente de Campina Grande e das zonas sertanejas.” (p.338)

<sup>9</sup> Cito aqui o nome de João Suassuna devido o mesmo ter apoiado José Pereira no momento do rompimento de Princesa com o governo do estado, e também pelo fato dele ter mantido o apoio ao então presidente Washington Luís e contra a Aliança Liberal, conseqüentemente contra João Pessoa.

que se manteve candidato, o que acabou por irritar ainda mais os antigos epitacistas que não aceitavam a exclusão de uns e a inserção de outros, mesmo em um primeiro momento declarando apoio, pouco tempo depois estes vieram a romper com o estado.

Em campanha, João Pessoa segue em viagem pelo interior do estado, José Américo é quem toma a frente das articulações políticas, uma vez que era ele o responsável por transmitir as notícias aos líderes sertanejos e era também quem tentava conseguir apoio para a campanha da Aliança Liberal, é nesse momento enquanto acompanhante e articulador de João Pessoa que José Américo consegue firmar uma base de seu poder político, fazendo campanha em prol de sua candidatura a deputado, e é o que se vê após a votação de 30, quando é eleito ao cargo.

Com a candidatura a deputado, José Américo se afastou das funções de Secretário do Interior e Justiça, e, não tendo sido reconhecido como tal nas eleições João Pessoa o convidou para assumir a Secretária de Segurança Pública do estado.<sup>10</sup> O convite foi aceito e ele passou a comandar a campanha do governo contra Princesa no centro das operações, na cidade de Piancó. Para ele a presença era fundamental no comando da campanha. José Américo passou a representar a autoridade única no combate à Princesa e afirmou: “Eu ia levar a luta às suas últimas conseqüências” (ALMEIDA, 1978: 72).

A Paraíba passava por um momento difícil, no combate contra Princesa enfrentava alguns problemas que facilitaram o avanço das tropas de José Pereira e contribuiu para o atraso da vitória das tropas do governo, e em relação às eleições de 30, a chapa da Aliança Liberal encontrava-se frustrada uma vez que não conseguiu eleger seus candidatos. Em contrapartida, é nesse momento que José Américo de Almeida consegue fincar o seu poder político tanto na Paraíba, quanto em toda a região Norte/Nordeste, pois os episódios que se seguiram culminaram no assassinato de João Pessoa na cidade de Recife e ele é quem assumiu o poder no estado dando início à oligarquia americista. Quem trata desse assunto é José Luciano Aires (2006) ao destacar que com a morte de João Pessoa a Aliança Liberal passou a criar tradições e lugares de memória que buscavam heroizar a imagem do governador morto. Um dos feitos dessa mitificação abordados pelo autor é a mudança nos nomes de ruas, praças e avenidas, tais mudanças ocorreram não só na Paraíba, mas em todo o país. A memória em torno da “revolução” de 30 é criada com a participação popular, mas sempre é coordenada pelos membros “revolucionários” da Aliança Liberal.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> “o resultado para o Congresso Nacional foi o seguinte: Senador – Manuel Tavares Cavalcanti (Aliança Liberal)- 31.967 votos e José Gaudêncio Correia de Queiroz (Perrepista)- 12.000 votos. Deputados Federais – Aliança Liberal: José Américo de Almeida, 29.103; Carlos da Silva Pessoa, 28.458; Antonio Galdino Guedes, 28.454; Demócrito de Almeida, 28.318. Perrepista – João Suassuna, 13.328; Flávio Ribeiro Coutinho, 11.181; Acácio de Figueiredo, 10.520; Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, 9.800; Cláudio Oscar Soares, 2.905; Álvaro Correia Lima, 2.549. [...] A vitória dos candidatos da Aliança Liberal foi rejeitada pela Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara dos Deputados, reconhecendo como vitoriosos os candidatos perrepistas, correligionários do presidente Washington Luís.” (AIRES, 2006, p.17)

<sup>11</sup> Para saber mais sobre a mitificação, santificação e heroização de João Pessoa ver: AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias**: a “Revolução de 1930” na Paraíba. Dissertação de Mestrado. UFPB, 2006

Com a morte de João Pessoa e após o movimento “revolucionário” de 30 a Paraíba passa a ser governada pelo interventor José Américo de Almeida, posteriormente substituído por Antenor Navarro em virtude de sua posse no Ministério da Viação e Obras Públicas do governo de Vargas. É nesse momento que se dá a ascensão do americanismo em substituição ao epitacismo na Paraíba, conforme mostra Luciano Aires: “Com Vargas aliando-se aos tenentes, no início do governo, e José Américo com grande influência junto ao catete, Epitácio passa a condenar a ‘revolução’ e daí se sucede a substituição do epitacismo pelo americanismo na Paraíba” (AIRES, 2006, p.61).

José Américo passa a constituir o Ministério do Governo Provisório ocupando o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, e para a capital federal levou uma certeza, a de que era preciso fazer algo para sanar o problema do nordeste e da Paraíba, a seca. A frente do ministério, Almeida tentou fazer as mudanças que julgava necessárias e para isso “refez contratos, deu continuidade as obras paralisadas, concluiu e estruturou boa parte das ferrovias iniciadas, reordenou as tarifas dos portos de navegação, das companhias ferroviárias e ampliou as vias de comunicação telegráficas.” (SANTOS NETO, 2007, p.130), implantou certa modernidade no setor, pois procurou corrigir os velhos costumes, e já no que se refere ao combate à seca

o Ministério da Viação atuou energicamente de modo a tomar para si toda a responsabilidade pelos efeitos da estiagem. Os desastres humanos e as medidas de socorro foram colocados como responsabilidade única do Estado, cabendo ao então ministro assumir o papel de agente participante das diligências de fiscalização das reais situações em que se encontrava a região atingida pela estiagem de 1932. (Ibidem, p.130-131)

A postura tomada por José Américo é de caráter personalista de modo que sua presença era direta e pessoal no trato com a situação, não cabendo apenas aos interventores o papel de fiscalizar as obras contra a seca. “A partir da seca de 1932, [...] ao Estado caberia [...] todo o empenho no sentido de combater e promover uma assistência direta sem os percalços políticos e eleitoreiros.” (Ibidem, p.131). O agora ministro desenvolveu programas de combate à seca, o mais relevante foi a construção de açudes públicos e particulares. Santos Neto destaca que “Açudes foram construídos, e barragens ampliadas; também foram concluídos todos os açudes do plano de Epitácio Pessoa, os quais haviam sido abandonados quando ele deixou a presidência e, a partir de 1931, a IFOCS inaugurou os serviços complementares”<sup>12</sup> (Ibidem, p.131).

<sup>12</sup> Quando Epitácio torna-se presidente em 1919, cria o IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra as Secas) com o intuito de auxiliar no combate as secas. Assim que José Américo assume o ministério, utiliza-se dos ideais defendidos anteriormente para melhorar o problema da seca e a função do IFOCS passa a ser “Colaborar nos trabalhos de irrigação, na estrutura dos cadastros de terras e exames, nestas, formação de florestas protetoras e nas de rendimento de madeira e rama, na arborização marginal dos canais e regime para explorar os terrenos, fazendo não só a divulgação dos processos de conservas de forragens, fenação, etc, como ensaios culturais apropriados a investigação da flora regional, introdução das plantas exóticas [...] e, ao mesmo tempo que realizando a campanha educativa da providência e preocupação contra os efeitos da seca.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, apud, SANTOS NETO, 2007, p.131)

José Américo se utiliza de um antigo programa de governo para pôr em prática as suas ações, essas voltadas especificamente para a região nordeste, principalmente os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Nesse momento de combate à seca, o ministro consegue se popularizar para além de seu estado, toda a região sente a importância do trabalho desenvolvido por ele em união com os Interventores.

O IFOCS é reorganizado e passa a dar prioridade à construção de açudes e a irrigação, o socorro aos flagelados da seca passa a ser imediato. O foco era apenas solucionar o problema da falta de água na região, não se levava em conta outros fatores que dificultavam a vida do sertanejo; o que mudou foi a ampliação do intervencionismo estatal, pois “o Ministério de Viação e Obras Públicas conduziu a intervenção estatal no Nordeste junto com o plano de combate às secas, como forma de construir uma imagem próxima e atuante do Estado interventor” (Idem, 2010,p.71), e assim o IFOCS se tornou o porta-voz do governo nacional na região nordeste, divulgando os feitos da inspetoria e do ministério. José Américo deixa claro que os aspectos econômicos e sociais não se configuravam responsabilidade de seu ministério, a eles caberia outro órgão, destacou assim as funções do IFOCS, “Está a sua função limitada, propriamente, ao problema da água é o problema do nordeste. O desenvolvimento econômico da região, sob os demais aspectos, será encargo de outros serviços públicos.” (ALMEIDA, 1982,p.380). Para José Américo a questão social não se configurava prioridade, exceto pela assistência nos campos de concentração,<sup>13</sup> é somente aí que o governo dá assistência social aos nordestinos, porém é também através desses campos que o estado passa a exercer um controle social “com subempregos, subsalários, submoradia e subassistência, que favoreceram a submissão dos retirantes.” (SANTOS NETO et al., 2010,p.71)

Assim fica evidente que através das ações de obras contra a seca e com a assistência dada nos campos de concentração, os governos estaduais e José Américo passam a ter o controle da massa de flagelados e também a sua admiração, pois tais flagelados viam essas ações com bons olhos. E assim a toda a região norte e nordeste passaram a apoiar tanto o governo Vargas quanto o seu ministro. A construção de açudes particulares também era apoiada pelo ministério e pelas interventorias, pois essa era uma maneira de conseguir o apoio dos grandes proprietários de terra da região nordestina. O ministro os convidou a participar na construção dos açudes onde as obras contra as secas estavam sendo intensificadas, esses seriam construídos nas terras particulares com recursos do governo federal. Santos Neto et al(2010) destaca como se deu essa relação.

Nos estados, o público e o privado estiveram imbricados quanto aos objetivos públicos das obras de combate às secas, e o financiamento público satisfazia aos interesses particulares, uma vez que os candidatos aos “prêmios” oferecidos pela Inspetoria, com a cumplicidade da fiscalização dos técnicos do IFOCS, extrapolavam os

<sup>13</sup> Os campos de concentração foi uma ideia de José Américo. Estes se constituíam em locais para onde eram mandados os flagelados fugidos da seca. Tais campos eram bancados com verbas dos governos estaduais e do Ministério da Viação, e serviam para o recrutamento de trabalhadores para executar a construção dos açudes

prazos, e o Ministério acabava por pagar a totalidade da obra. Entre 1931 a 1933, 61 açudes estavam em andamento nesse regime de cooperação nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. (Ibidem, p.72)

Com essa associação dos grandes proprietários da região nordeste, José Américo consegue extrapolar o poder de sua base política, o americanismo, para além das camadas populares e necessitadas, abarcando uma grande quantidade de adeptos da sua maneira de fazer política. Devido às ações do Ministério e o programa de combate à seca, em todos os lugares da Paraíba se fazia presente a força política de José Américo. Vários eram os órgãos midiáticos que divulgavam o trabalho do ministro. O jornal *A União* destacou

Com a ascensão do Dr. José Américo de Almeida ao Ministério da Viação, iniciou-se, neste Estado, uma série de serviços públicos cujos resultados se vêm fazendo uma maneira proveitosa para as nossas populações [...] dadas as ocupações que vem tendo grande parte dos flagellados nos açudes, nas rodovias e noutros trabalhos. [...]

Ao senhor interventor federal, ao julgar pelas cartas e telegrammas que lhe chegam as mãos, há se atribuído a iniciativa dos referidos melhoramentos. Entretanto, é necessário reiterarmos que os devemos a iniciativa patriótica do nosso eminente conterrâneo que ocupa hoje a pasta da Viação no governo provisório. [...]

**Assim, os serviços de estrada e açudagem da Paraíba se inauguram devidos tão somente a benemerência do preclaro titular da Viação,** e a sua exc. devem nessa hora endereçar os beneficiados os seus justos agradecimento. (A UNIÃO, 20 de jan. de 1931, p.1. Apud, SANTOS NETO et al., 2010, p.74. Grifos meus)

A partir do jornal, percebe-se como estava sendo divulgada a imagem do ministro na Paraíba, a ideia de bem feitor e até mesmo de “herói” no que diz respeito à melhoria da condição de vida da população paraibana, já que tudo se processava graças a ele, desde o trabalho daqueles necessitados que se transforma em alento relacionado à seca, pois os açudes em fase de acabamento, melhoramento e construção num futuro próximo seriam a “salvação” dessa gente.

Martinho Guedes dos Santos Neto destaca que as contradições políticas de José Américo de Almeida dificultavam a “percepção dos seus verdadeiros objetivos para com a política paraibana” (SANTOS NETO et al., 2010,p.74), pois como o ministro destacou em seus livros *O Ano do Nego* (1968) e *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação* (1982) que buscava neutralidade e que não tinha o objetivo de fortalecimento da sua base política, noto que o americanismo, desde a morte de João Pessoa só estava crescendo e se configurando como o mais novo grupo político dominante na Paraíba. O pós-30 é marcado como um momento em que o estado caminhava para uma centralização burocrática e, para isso, José Américo conquistava o apoio dos ricos e dos pobres através do discurso da moralidade e da responsabilidade do combate ao flagelo da seca, trazendo para si todo o merecimento em torno do combate à seca, como destacado em citação do jornal *A União*. Santos Neto destaca esse caráter personalístico no ministério,

Mas, não é difícil compreender o porquê de as realizações do Ministério da Viação no combate à seca de 32 terem assumido um caráter personalístico: “O salvador do norte”, “O Ministro do norte”, “a política de responsabilidade moral e administrativa empreendida por José Américo” e tantos outros títulos atribuídos à atuação do então ministro construíram uma visão operosa e responsável, cujos fins consolidaram as bases de sua carreira política no estado. (SANTOS NETO et al., 2010,p.74)

A partir das leituras referentes à figura de José Américo, percebe-se que foi a partir de 1928 com a aceitação de participar do governo de João Pessoa que se teve o início da formação de sua base política, o americismo. As relações estabelecidas com o estado getulista favoreceram a ascensão política de José Américo enquanto Ministro da Viação e Obras Públicas e posteriormente quando eleito governador do estado na década de 1950. Ainda hoje a historiografia paraibana coloca a atuação de José Américo como complementar aos acontecimentos pós-1930 na Paraíba, o que na realidade não se processou já que ele foi figura relevante no processo do golpe de 30, tanto antes dos acontecimentos enquanto Secretário Geral de João Pessoa onde trabalhou para que a Aliança Liberal obtivesse sucesso na Paraíba, quanto depois da morte de João Pessoa quando assumiu a liderança civil da “revolução” na região Norte e Nordeste do país. A influência política de José Américo perdura por todos os “principais” acontecimentos colocados em xeque pela historiografia. Sendo assim, é interessante perceber como se deu a formação do americismo para assim poder entender melhor como se configurava a política paraibana nos anos 1930 no Estado da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memória: a “Revolução de 1930” na Paraíba.** (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego.** João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Bagaceira.** 32ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação.** 2ª ed. Fundação Casa de José Américo: Coleção Mossoroense, 1982.

ASSIS, Guaracy Medeiros de. **“A Paraíba Pequeninha e Doida”.** José Américo e a Revolução de 30. (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

CAMARGO, Áspasia. **O nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEWIN, Linda. **Política e assistencialismo na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

SANTOS NETO et al., Martinho Guedes dos Santos. **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.